



EDUCAÇÃO BÁSICA E DIVERSIDADE LGBTQIA+: DESAFIOS E POTENCIALIDADES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO DISTRITO FEDERAL

Jean François de Figueiredo Sirino – UnB

Grupo de Trabalho: GT 9 – Políticas Públicas, Movimentos Sociais e Interseccionalidade

RESUMO:

A pesquisa analisa como as políticas educacionais da SEEDF abordam a diversidade sexual e de gênero, com foco na inclusão e proteção de estudantes LGBTQIA+. A proposta dialoga com o GT 9, ao compreender as políticas públicas educacionais como campo de disputa entre movimentos sociais e o Estado, em que se confrontam projetos de sociedade e visões sobre cidadania. Inspirada em autoras como Judith Butler, Berenice Bento e Guacira Lopes Louro, o trabalho de pesquisa investiga como as políticas públicas podem promover equidade, reconhecimento e dignidade para sujeitos LGBTQIA+, considerando marcadores interseccionais de raça, gênero e classe. Preliminarmente evidencia-se lacunas entre as diretrizes normativas e as práticas escolares, mostrando que a efetividade das políticas depende de ações articuladas entre governo e sociedade civil, com vista a tensionar a cisheteronormatividade e o racismo institucional presentes na escola.

Palavras-chave: Diversidade sexual; gênero; políticas públicas; interseccionalidade; LGBTQIA+; inclusão.

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa analisa criticamente os atravessamentos de gênero em O presente estudo situa-se no campo das políticas públicas educacionais, analisando a interface entre movimentos sociais e ações governamentais voltadas à diversidade sexual e de gênero. O ambiente escolar, historicamente, reproduz desigualdades estruturais marcadas por gênero, raça e classe, afetando diretamente a trajetória de estudantes LGBTQIA+.

No Distrito Federal, apesar da existência de alguns normativos e diretrizes inclusivas, persistem lacunas entre o discurso da equidade e sua materialização nas práticas escolares. Neste sentido, este trabalho busca compreender como a SEEDF, nas últimas duas décadas, formula e implementa políticas de inclusão e



em que medida essas ações dialogam com as reivindicações históricas dos movimentos LGBTQIA+.

Nesse contexto, refletir sobre a educação básica e a diversidade LGBTQIA+ implica compreender a escola como um território de disputa simbólica e política, no qual se confrontam projetos de sociedade e visões de mundo. A presença — muitas vezes silenciada — de estudantes, docentes e gestores LGBTQIA+ tensiona os limites da escola tradicional, que, historicamente, foi moldada por valores heteronormativos e cisgêneros. Assim, analisar as políticas educacionais da SEEDF sob essa ótica significa investigar não apenas a existência de normas inclusivas, mas a capacidade dessas políticas de romper com estruturas excludentes e promover uma cultura escolar que acolha a diferença como valor pedagógico e democrático.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A pesquisa fundamenta-se em uma perspectiva interseccional e crítica, articulando os campos dos estudos de gênero, das políticas públicas e dos movimentos sociais. Mobiliza autoras e autores como Judith Butler (2003), ao problematizar a performatividade de gênero e a naturalização das normas sexuais; Berenice Bento (2006), ao discutir a construção da cidadania trans e os limites das políticas de reconhecimento; Guacira Lopes Louro (2004), que tensiona as relações entre sexualidade, currículo e práticas pedagógicas; Boaventura de Sousa Santos (2009), ao propor as epistemologias do Sul como instrumento de enfrentamento às hierarquias do saber; Paulo Freire (1996), com sua concepção de educação emancipadora; e Letícia Nascimento (2019), que contribui para o debate do transfeminismo negro e da produção de saberes situados.

A incorporação dos conceitos de interseccionalidade (Crenshaw, 2002) e queerlombamento (Campos Legal, 2020) permite compreender como raça, gênero e sexualidade se entrecruzam na produção de desigualdades e resistências no espaço escolar, revelando que a exclusão de corpos dissidentes é também um processo pedagógico e político.



Nesse sentido, o referencial teórico dialoga ainda com as contribuições de Leandro Colling (2015), que evidencia as disputas entre a heteronormatividade e as pedagogias queer nas políticas educacionais, e de Renan Quinalha (2021), cuja análise sobre a articulação entre moralidade, sexualidade e direitos humanos permite entender os impactos das políticas conservadoras nas experiências LGBTQIA+.

3. METODOLOGIA

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, interdisciplinar e participativa, em sintonia com o referencial teórico que privilegia perspectivas críticas, interseccionais e decoloniais. Fundamenta-se nas epistemologias do Sul (Santos, 2009), que reconhecem a legitimidade dos saberes produzidos a partir das margens, e na interseccionalidade crítica, compreendida como ferramenta analítica e política para desvelar os modos como gênero, raça, classe e sexualidade se entrecruzam na estrutura escolar e nas políticas públicas.

Metodologicamente, o estudo se ancora em um processo dialógico e reflexivo, inspirado na pedagogia freireana, que busca construir conhecimento junto aos sujeitos da pesquisa e não apenas sobre eles. As técnicas metodológicas incluem análise documental de normativas, diretrizes e programas da SEEDF; entrevistas semiestruturadas com gestores, professores e estudantes; e observação participante em fóruns, formações continuadas e espaços de discussão sobre diversidade e direitos humanos.

A amostragem é intencional e interseccional, contemplando sujeitos de diferentes identidades de gênero, orientações sexuais, raças/etnias e territórios pertencentes às 14 Regionais de Ensino do DF, de modo a garantir a pluralidade de experiências e percepções. A análise dos dados segue a técnica de análise de conteúdo (Bardin, 2011), orientada pelas categorias teóricas de heteronormatividade, cisgeneridade compulsória e cidadania trans, em diálogo com as contribuições de Colling (2015), Bento (2006) e Quinalha (2021).

Essa metodologia busca, portanto, articular teoria e prática na compreensão de como as políticas e práticas educacionais da SEEDF podem



tanto reproduzir quanto tensionar as desigualdades estruturais relacionadas à sexualidade e ao gênero.

4. RESULTADOS/DISCUSSÃO

Espera-se alcançar resultados que confirmem a hipótese de que, embora existam avanços normativos — como o reconhecimento do nome social dos estudantes nos documentos oficiais da SEEDF e o fortalecimento das formações docentes —, ainda persiste um quadro de resistências culturais e políticas à inclusão plena de estudantes LGBTQIA+. As políticas da Secretaria, em muitos casos, permanecem restritas ao plano formal e carecem de estratégias pedagógicas sustentáveis, capazes de promover transformações concretas nas práticas escolares. Ao relacionar esses resultados às categorias teóricas de cisgenderidade compulsória e heteronormatividade, observa-se que a resistência à diversidade se manifesta tanto em níveis institucionais quanto simbólicos, o que reforça a necessidade de formações docentes continuadas e de políticas de gestão mais comprometidas com a equidade.

A articulação com os movimentos sociais mostra-se essencial para tensionar as estruturas institucionais e propor alternativas mais democráticas e inclusivas. Assim, o diálogo entre Estado e sociedade civil, característico das reflexões do GT 9, revela-se fundamental para a consolidação de políticas públicas efetivamente interseccionais e antidiscriminatórias.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo reafirma que a consolidação de políticas públicas educacionais voltadas à diversidade sexual e de gênero depende do fortalecimento das articulações entre Estado e movimentos sociais, especialmente no enfrentamento das violências simbólicas (Bourdieu, 1998) que se reproduzem no cotidiano escolar. As ações da SEEDF, embora contemplem avanços normativos importantes, ainda carecem de práticas pedagógicas transformadoras que incorporem, de forma efetiva, as vozes e experiências dos sujeitos LGBTQIA+.



Mais do que reconhecer direitos, é necessário reconhecer existências. A escola, quando reduzida a um conjunto de regras e normativas, tende a tornar-se o “armário fechado” que silencia corpos dissidentes; mas, quando orientada por uma pedagogia libertadora — como propõe Paulo Freire (1996) —, pode converter-se em espaço de diálogo, acolhimento e emancipação. A efetivação de políticas de diversidade passa, portanto, pela reconfiguração do próprio Projeto Político-Pedagógico (PPP) como um projeto ético e coletivo, comprometido com a transformação das relações de poder e com a produção de uma cultura escolar antidiscriminatória.

Nesse sentido, as micro-resistências que emergem nas escolas — docentes que acolhem, estudantes que se organizam, gestores que criam espaços de escuta e proteção — constituem expressões do que Campos Legal (2020) denomina aqueerlombamento: movimentos coletivos que, ao afirmar identidades dissidentes e criar redes de solidariedade, instauram brechas de liberdade dentro de uma estrutura ainda reguladora.

Assim, quando educadores e educandos se reconhecem como sujeitos históricos e políticos, o espaço escolar se (re)inventa como território de disputas simbólicas, de reexistências e esperanças.

A utopia de uma escola democrática, plural e cidadã — ainda que distante — continua a orientar o caminho. Como lembrava Galeano, a utopia serve para nos fazer caminhar. Que o caminhar da escola pública seja, então, rumo a uma educação que se recusa a aprisionar corpos, ideias e afetos; rumo a uma educação que transforma a escola em um espaço de liberdade e criação coletiva.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CAMPOS LEGAL, Abigail. **Aqueerlombamentos**: resistência e produção de saberes. Brasília: UnB, 2020.
- CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. ONU, 2002.



FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GALEANO, Eduardo. ***As palavras andantes***. Tradução de Eric Nepomuceno. Porto Alegre: L&PM, 2013.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.